

GRUPO GPS

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30

ri.gpsa.com.br

São Paulo, 05 de março de 2026 - A GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), em conjunto com suas controladas ("Grupo GPS"), anuncia os resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Sobre o Grupo GPS: O Grupo GPS é líder no setor de serviços terceirizados – *facilities*, segurança, logística *indoor*, engenharia de utilidades, serviços industriais, alimentação, mão de obra temporária, *field marketing* e serviços de infraestrutura. Atuamos em todo o Brasil com um portfólio abrangente de soluções, servindo 4.635 Clientes e contando com mais de 185 mil colaboradores diretos. Com mais de 60 anos de atuação, seguimos em um processo constante e robusto de crescimento, sustentado por um modelo de negócio ágil e sólidos princípios de gestão empresarial. Nossa estratégia de crescimento combina a vertical orgânica, focada no desenvolvimento de novos Clientes e na ampliação dos serviços e soluções junto à base atual de contratos, com a vertical inorgânica, através da aquisição e integração de empresas que favoreçam o ganho de escala e a maior penetração em regiões ou serviços convergentes com o nosso modelo de gestão empresarial.

1. Destaques de 2025:

Receita líquida

- R\$ 17.283 milhões no ano;
- 17% acima de 2024;
- 8% de crescimento orgânico frente a 2024.

EBITDA ajustado ex-IFRS16

- R\$ 1,674 milhões no ano;
- 12% superior a 2024;
- 9,7% de margem em 2025.

Lucro líquido ajustado

- R\$ 822 milhões no ano;
- 5% superior a 2024;
- 4,8% de margem líquida em 2025.

O ano de 2025 foi marcado pela integração da GRSA ao nosso modelo de gestão, especialmente por meio da execução do ciclo de planejamento e da integração dos sistemas, que ocorreram sem intercorrências e conforme o planejamento inicial. Avaliamos positivamente os resultados obtidos na integração da maior aquisição já realizada pela Companhia e seguimos confiantes de que este investimento agregou valor à GPS. A segunda parte do ano foi marcada pela evolução do crescimento orgânico resultante da conquista de novos contratos e Clientes. O maior foco comercial, em conjunto com a estabilização da perda de contratos, permitiu um avanço importante no segundo semestre do ano, quando atingimos 10% de crescimento orgânico em contrapartida a 5% no 1T25. A aceleração do crescimento orgânico impactou pontualmente a rentabilidade, uma vez que, na implantação de contratos, temos que dispendir com a contratação da equipe, treinamento e utensílios, que se concentram no início do contrato e se estabilizam após esse período. Também destacamos as aquisições da RHMed e Nutricar, no segundo trimestre, e Grupo Tagg, em dezembro, as quais obtiveram R\$ 412 milhões de receita bruta nos 12 meses anteriores à assinatura dos respectivos contratos de compra e venda.

2. Capacidade operacional, portfólio de serviços e Clientes: Somos mais de 185 mil colaboradores diretos, servindo a 4.635 Clientes em todo o território nacional. Nosso time de 10 diretores executivos, 35 diretores regionais e mais de 550 gerentes de contrato está concentrado na entrega dos serviços e no aprimoramento do relacionamento com os nossos Clientes. Realizamos semestralmente a Pesquisa NPS (Net Promoter Score), para verificar o nível de satisfação dos nossos tomadores de serviço. Em 2025, alcançamos um NPS de 76%, incluindo a safra de 2024. Seguimos concentrados em aperfeiçoar nosso modelo de gestão e promover o desenvolvimento de nossos colaboradores, fortalecendo, assim, nossa cultura de empresariamento. Para alcançar esse objetivo, priorizamos a capacitação das nossas equipes e a atração e retenção de profissionais comprometidos com o "espírito de servir" aos nossos Clientes. O Grupo GPS está engajado em uma gestão de pessoas responsável e diligente, e dispõe de uma Política de Diversidade, Equidade e Inclusão que define diretrizes e orientações de atuação da Companhia. Ao longo do ano de 2025 entregamos avanço relevante nos indicadores de diversidade de gênero, com aumento da participação feminina nas contratações e maior representatividade de mulheres em posições de liderança. Esses resultados decorrem de iniciativas estruturadas de atração, desenvolvimento e retenção de talentos, reforçando a agenda de governança, sustentabilidade e geração de valor de longo prazo para acionistas e stakeholders. De acordo com a Lei nº 15.177/2025, que alterou o artigo 133 da Lei das S.A., segue informativo de diversidade de gênero:

	2025		2024	
	Qtd	%	Qtd	%
Total de Colaboradores	185.199	100%	161.176	100%
Liderança	3.986	2%	2.270	1%
Não liderança	181.213	98%	158.906	99%
Quantidade de mulheres contratadas	73.065	39%	51.977	32%
Liderança	2.233	1%	749	0%
Não liderança	70.832	38%	51.228	32%

	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	53%	47%	54%	46%
Liderança	67%	33%	64%	36%
Não liderança	52%	48%	53%	47%

* Considera a remuneração fixa base Dez/25. Monitoramos continuamente o risco trabalhista, reconhecendo sua importância tanto para a continuidade dos nossos negócios quanto para a segurança empresarial dos nossos Clientes. Assegurar boas práticas de gestão nos permite manter nossa despesa trabalhista* sob controle. No decorrer de 2025, tivemos o impacto de várias ações decorrentes de empresas adquiridas, o que manteve a despesa trabalhista* em 1,9% da receita líquida, acima dos níveis históricos. No entanto, vale ressaltar que, embora o estoque de processos trabalhistas tenha se mantido estável, houve uma redução significativa dos processos em fase de execução, que são os mais onerosos. * Despesa trabalhista = provisão para contingências trabalhistas + pagamento ações trabalhistas (nota explicativa 36 da DF).

% Despesa trabalhista sobre receita líquida e % de ações trabalhistas sobre total de colaboradores:

Nossa base de Clientes se mantém amplamente diversificada e com baixo nível de concentração de receita e com participação relevante no setor industrial.

Concentração da receita líquida por # de Clientes e Setor (2025):

Clientes

Setor

Temos evoluído cada vez mais para um conceito "one stop shop" em serviços, alinhado com a nossa estratégia de construir relações duradouras e consistentes com nossos Clientes. Ao oferecer ao Cliente várias soluções, aprofundamos nossa relação comercial e operacional e criamos diversas oportunidades de crescimento na própria carteira de Clientes.

Distribuição de receita líquida por linha de solução (2025):

FACILITIES

23%

- Limpeza e jardinagem
- Prevenção e proteção contra incêndio
- Recepção e apoio administrativo

SEGURANÇA

19%

- Segurança patrimonial
- Segurança pessoal
- Operações de centrais de monitoramento
- Solução integrada de segurança
- Controle de acesso
- Proteção da aviação (APAC)

ALIMENTAÇÃO

23%

- Hotelaria marítima
- Soluções de alimentação coletiva

MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA E FIELD MARKETING

7%

- Field marketing
- Mão de obra temporária

MANUTENÇÃO E SERVIÇOS INDUSTRIAIS

22%

- Manutenção industrial
- Manutenção predial
- Automação industrial
- Serviços de infraestrutura
- Tratamento de água e esgoto

LOGÍSTICA INDOOR

6%

- Gestão de armazém (WMS)
- Suporte de produção
- Suporte no recebimento e expedição
- Manutenção de processo
- Transporte de cargas e passageiros em aeroportos

3. Receita líquida: • Receita líquida no 4T25 de R\$ 4.418 milhões, 8% superior à receita do 4T24; • Receita líquida em 2025 de R\$ 17.283 milhões, 17% superior à receita de 2024. Os gráficos abaixo apresentam a evolução da receita líquida trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.

A tabela abaixo apresenta a evolução da receita líquida trimestral e anual, com abertura por receita orgânica e inorgânica. Os valores estão representados em milhões de reais.

Receita líquida R\$ mi	Empresas	4T25 (a)	4T24 (b)	Δ (a) / (b) -1	2025 (c)	2024 (d)	Δ
Orgânica*	Grupo GPS	3.300	2.988	10%	12.866	11.919	8%
Inorgânica (2024)	Control/Invictus/Lyon/Marfood/GRSA	1.039	1.108	-6%	4.188	2.856	47%
Inorgânica (2025)	RHMed / Nutricar / Tagg	80	0	-	230	0	-
Receita líquida total		4.418	4.097	8%	17.283	14.774	17%

* A receita líquida orgânica inclui as safras até 2023 (inclusive), conforme detalhado na N.E. 35 (c). Apesar do ambiente sempre competitivo e da pressão dos Clientes por preços mais baixos, o crescimento orgânico deste trimestre se manteve robusto, principalmente em função da conquista de novos contratos. O desafio do crescimento orgânico é manter o equilíbrio entre a rentabilidade dos contratos e a expansão da receita, de modo que as margens se mantenham consistentes ao longo do tempo. Em ambientes pressionados pela redução de preços, a prioridade da Companhia é a manutenção da rentabilidade, o que pode resultar em um crescimento orgânico mais lento. A retomada do crescimento ocorre à medida que o Cliente busca mais intensamente a qualidade dos serviços, além da variável preço, e passa a ponderar ambas as dimensões de maneira mais equilibrada nos processos concorrenciais.

4. Programa de Aquisições: No quarto trimestre concluímos a aquisição do Grupo Tagg, cujos resultados foram incorporados a partir de dezembro. Relacionamos abaixo as aquisições no âmbito do programa de M&A de 2025:

Empresa	Data	Receita 12 meses (R\$ mil)	Situação	Detalhes	Programa M&A
RH MED	Assinatura	20/02/25	Integrada	Segurança do trabalho e Atenção primária à Saúde	2025
	Fechamento	10/04/25			
	Go Live	01/09/25			
NUTRICAR	Assinatura	28/02/25	Integração de sistemas	Minimercados Autônomos	2025
	Fechamento	23/04/25			
	Go Live	01/01/26			
NUTRICAR	Assinatura	02/10/25	Integração de sistemas	Trade Marketing e Mão de Obra Temporária	2025
	Fechamento	02/12/25			
	Go Live	01/05/26			

5. EBITDA e EBITDA ajustado ex-IFRS16: A tabela abaixo apresenta a composição do cálculo do EBITDA, conforme Resolução CVM 156/2022 e o EBITDA ajustado ex-IFRS16.

EBITDA R\$ mi	4T25 (a)	4T24 (b)	Δ (a) / (b) -1	2025 (c)	2024 (d)	Δ (c) / (d) -1
Lucro líquido	265	239	11%	694	666	4%
IR / CSLL	105	102	3%	274	288	-5%
Resultado Financeiro	69	73	-5%	465	324	43%
Depreciação de imobilizado, intangível e direito de uso em arrenda	50	64	-21%	226	218	4%
Amortização – carteira de clientes, marcas e ativo fixo	50	49	2%	194	177	9%
EBITDA (cf. ICMV 156/22)	539	526	2%	1.853	1.674	11%
Provisão riscos fiscais	9	-	-	9	-	-
Provisão para contingências não trabalhista	12	8	57%	26	13	98%
Despesas com aquisição de controladas	5	14	-63%	27	28	-4%
Atualização de ativos indenizatórios e passivos contingentes	8	(22)	-139%	5	21	-79%
Recebimento de ativo superveniente	-	(3)	-100%	-	(3)	-100%
Atualização/Baixa earn out	7	(11)	-164%	8	(47)	-118%
Reversão de tributos sub júdice	(135)	(102)	33%	(136)	(102)	34%
Receitas com aquisições controladas	(1)	-	(13)	-	-	-
Processos indenizáveis de aquisição	(0)	-	(13)	-	-	-
Conciliação de saldos a receber	-	-	1	-	-	-
Conciliação de saldos de adquiridas	6	0	1143%	(11)	(7)	60%
Constituição de debitos tributários	2	1	210%	7	1	995%
Baixa repasse de superveniência	(7)	(2)	330%	(7)	(2)	330%
Direito de uso em arrendamentos	(14)	(21)	-35%	(84)	(82)	3%
EBITDA ajustado ex IFRS 16	433	389	11%	1.674	1.496	12%
	9,8%	9,5%	0,3pp	9,7%	10,1%	-0,4pp

• EBITDA ajustado ex-IFRS16 de R\$ 433 milhões no 4T25, 11% superior ao resultado do 4T24; • Margem EBITDA ajustada ex-IFRS16 no 4T25 de 9,8%, 0,3 p.p. acima da margem do 4T24; • EBITDA ajustado ex-IFRS16 de R\$ 1.674 milhões em 2025, 12% superior ao resultado de 2024; • Margem EBITDA ajustada ex-IFRS16 em 2025 de 9,7% com redução de 0,4 p.p., comparativamente a 2024; A margem EBITDA ajustada ex-IFRS16 em 2025 reflete os resultados crescentes de captura de sinergias obtidas na GRSA ao longo do ano e o impacto das despesas de implantação de novos contratos, a exemplo de custos com contratação de equipes, treinamento, utensílios, materiais e insumos operacionais, em função da aceleração do crescimento orgânico no segundo semestre do ano. Os gráficos abaixo apresentam a evolução do EBITDA ajustado ex-IFRS16 trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.

O EBITDA ajustado ex-IFRS16 considera apenas os seguintes tipos de eventos: • Eventos com características não operacionais, a exemplo de reversão de contingências cíveis e tributárias de períodos anteriores e provisões para riscos fiscais; • Eventos relacionados a aquisição de controladas, incluindo os valores gastos com diligências legais e financeiras e com perdas incorridas que são objeto de indenização pelos vendedores das empresas adquiridas e também de eventuais receitas advindas de indenizações ou processos de arbitragem; • Outras receitas ou despesas não relacionadas com a operação; • Exclusão do efeito do IFRS16, prática que passamos a adotar a partir de janeiro de 2024.

6. Lucro líquido e Lucro líquido ajustado:

Lucro líquido ajustado * R\$ mi	4T25 (a)	4T24 (b)	Δ (a) / (b) -1	2025 (c)	2024 (d)	Δ (c) / (d) -1
Lucro líquido do período	265	239	11%	694	666	4%
Amortização – carteira de clientes, marcas, acordo de não- concorrência e mais valia de ativo fixo (líquido)**	33	32	2%	128	117	9%
Lucro líquido ajustado	298	271	10%	822	783	5%
LL (ajustado) / receita líquida	6,7%	6,6%	0,1pp	4,8%	5,3%	-0,5pp

* Lucro líquido ajustado não é base para distribuição de dividendos
** Valor líquido do IR (34%). • Lucro líquido ajustado no 4T25 de R\$ 298 milhões, 10% superior ao lucro líquido ajustado do 4T24; • Margem líquida ajustada do 4T25 de 6,7%, 0,1 p.p. superior ao 4T24; • Lucro líquido ajustado de 2025 de R\$ 822 milhões, 5% superior ao lucro líquido ajustado de 2024; • Margem líquida ajustada de 2025 de 4,8%, 0,5 p.p. inferior à margem de 2024, em função dos efeitos relacionados no item 5 e do incremento das despesas financeiras, dada a elevação da taxa de juros. Os gráficos abaixo apresentam a evolução do lucro líquido ajustado trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.

7. Fluxo de caixa: O gráfico abaixo apresenta o demonstrativo de fluxo de caixa contábil. Os valores estão representados em milhões de reais.

• Geração de caixa das atividades operacionais em 2025 no valor de R\$ 1.531 milhões, representando 91% do EBITDA ajustado, em linha com 2024; • Pagamento de Juros e IR no valor total de R\$ 745 milhões, 21% superior ao valor pago em 2024, principalmente em função: • do pagamento de juros sobre empréstimos, debêntures e parcelamentos no valor de R\$ 659 milhões, em função do aumento da dívida total e da taxa de juros, • do pagamento de imposto de renda e de contribuição social no valor de R\$ 86 milhões. • Caixa líquido das atividades de financiamento positivo em R\$ 414 milhões, essencialmente em função: • da captação de debêntures no valor líquido de R\$ 3.509 milhões, • da amortização de empréstimos e debêntures no valor de R\$ 2.519 milhões, • do pagamento de dividendos no valor de R\$ 228 milhões, • do pagamento do exercício de opção de compra de adquiridas no montante de R\$ 213 milhões, • do pagamento de arrendamentos no valor de R\$ 66 milhões, • de despesas de instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 67 milhões, • do pagamento do parcelamento de tributos no valor de R\$ 35 milhões, • do ingresso de R\$ 33 milhões referente a integralização de capital da emissão de ações do programa de opções de compra de ações. • Fluxo das atividades de investimento positivo em R\$ 1.224 milhões, resultante, principalmente: • do resgate líquido de aplicações financeiras no valor de R\$ 1.558 milhões, decorrente da reavaliação da política contábil de caixa e equivalentes da companhia (vide nota explicativa 10), • dos gastos líquidos com aquisição de imobilizado no valor de R\$ 230 milhões, • da aquisição de intangível e controladas no valor de R\$ 111 milhões, • do recebimento de empréstimos no valor de R\$ 7 milhões.

8. Alavancagem:

Endividamento R\$mi	4T25 (a)	3T25 (b)	2T25 (c)	1T25 (d)	4T25 (e)	Δ (a) / (e) -1
Caixa	3.881	2.742	2.682	3.110	3.092	26%
Caixa e equivalente de caixa	3.893	2.777	2.699	1.473	1.468	165%
Aplicações e Instrumentos financeiros*	(12)	(36)	(17)	1.636	1.623	-101%
Dívida bruta	6.512	5.168	5.266	5.592	5.724	14%
Empréstimos	786	902	944	1.005	1.092	-28%
Debêntures	5435	3.960	4.010	4.062	4.115	32%
Aquisição de controladas	217	235	236	449	442	-51%
Parcelamento de tributos	74	71	76	76	75	-1%
Dívida líquida	(2.631)	(2.426)	(2.584)	(2.483)	(2.632)	0%
EBITDA ajustado ex IFRS16 (últimos 12 meses)	1.674	1.630	1.619	1.564	1.496	12%
Dívida líquida/ EBITDA ajustado ex IFRS16 (últimos 12 meses)	1,6	1,5	1,6	1,6	1,8	-0,2pp

*Aplicações financeiras + Instrumentos financeiros derivativos do ativo – Instrumentos financeiros derivativos do passivo. • Encerramos o 4T25 com índice de alavancagem em 1,6x EBITDA ajustado ex-IFRS16, 0,2 p.p. inferior ao 4T24 em função da eficiência na captura das sinergias do investimento realizado no programa de aquisições, em especial a aquisição da GRSA; • Em setembro realizamos a 4ª e 5ª emissões de debêntures simples, pela Top Service, não conversíveis em ações com o objetivo de alongamento do prazo da dívida e redução do spread; • Abaixo, demonstramos a evolução do índice de alavancagem e do perfil da dívida do Grupo GPS, com duração total da carteira de 45 meses no 4T25.

Dívida Líquida / EBITDA ajustado

Perfil Endividamento - Dez/2025

9. Retorno sobre capital: O Retorno sobre capital investido (ROIC), atingiu 16% em 2025, com queda de 1,0 p.p., em relação ao ano de 2024. Obtivemos um crescimento de 12% do lucro operacional (NOPAT), enquanto o capital investido cresceu 20%, em função do crescimento da dívida líquida. A rentabilidade neste ano ainda foi impactada pela operação da GRSA, que contribuiu com uma margem crescente, mas, na média, ficou abaixo da margem histórica da Companhia. Adicionalmente, tivemos investimentos da ordem de R\$ 79 milhões na nova sede, em adição aos R\$ 41 milhões já despendidos no ano passado, que impactaram o caixa da Companhia. Este empreendimento concentrará mais de 10 centros administrativos que atualmente estão distribuídos pela cidade de São Paulo, trazendo mais eficiência e sinergia, além de prover um espaço comercial importante (showroom) para nossos Clientes.

R\$ mi	2025 (a)	2024 (b)	r (a) / (b) -1
EBITDA Ajustado	1.758	1.577	11%
Depreciação	(226)	(218)	4%
EBITA Ajustado	1.532	1.360	13%
Alíquota IR/CS	34%	34%	0,0pp
NOPAT	1.011	897	13%
Dívida Líquida (média ponderada)*	2.611	2.052	27%
Patrimônio Líquido (médio ponderado)**	3.712	3.219	15%
Capital Investido (dívida líquida + patrimônio líquido)	6.323	5.271	20%
ROIC (NOPAT/Capital investido)	16,0%	17,0%	-1,0pp

* Média simples da dívida líquida na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social; ** Média simples do patrimônio líquido na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social. O Retorno sobre Patrimônio (ROE) atingiu 22,1%, 2,2 p.p. inferior ao resultado de 2024, reflexo do aumento de 5% do lucro líquido ajustado e de 15% do patrimônio líquido. O Lucro líquido foi impactado, além dos aspectos descritos no item 5, pelo incremento das despesas financeiras em função do aumento da dívida e taxa de juros.

R\$ mi	2025 (a)	2024 (b)	r (a) / (b) -1
Lucro Líquido Ajustado	822	783	5%
Patrimônio Líquido Médio	3.712	3.219	15%
ROE	22,1%	24,3%	-2,2pp

10. Considerações finais: Os resultados alcançados em 2025 reforçam nossa convicção de que o modelo de gestão da Companhia, pautado pela descentralização, delegação planejada, foco na geração de resultados e o exercício da meritocracia, é o fator mais relevante para o sucesso da nossa estratégia de crescimento. É por meio da nossa competência em reter e engajar pessoas com espírito empreendedor que ampliaremos a nossa capacidade de construir relações de longo prazo com os Clientes e a sustentabilidade dos nossos resultados. Trabalhamos para aprimorar nossas ferramentas de motivação e retenção de curto, médio e longo prazo e para propiciar à nossa equipe um ambiente empresarial cada vez mais eficiente e produtivo. Acreditamos que o ano de 2026 será desafiador, e continuamos preparados para seguir rumo ao crescimento, combinando o esforço das equipes comerciais com uma gestão equilibrada dos riscos do nosso ambiente empresarial.

Considerações legais: As informações financeiras são apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado o contrário. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Grupo GPS foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração

ICP Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

GPS Participações e Empreendimentos S.A.												
Demonstrações dos resultados				Consolidado			Fluxo de Caixa – R\$ mi					
R\$ mi (exceto lucro por ação)				Nota	De 01/10/2025 a 2025	De 01/10/2024 a 2024				Nota	De 01/01/2025 a 2025	De 01/01/2024 a 2024
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas												
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas												
Lucro bruto												
Despesas gerais e administrativas												
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar												
Outras receitas operacionais												
Outras despesas operacionais												
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos												
Receitas financeiras												
Despesas financeiras												
Receitas (despesas) financeiras, líquidas												
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social												
Imposto de renda e contribuição social correntes												
Imposto de renda e contribuição social diferidos												
Lucro líquido do exercício												
Lucro atribuído aos:												
Acionistas controladores												
Acionistas não controladores												
Resultado básico e diluído por ação atribuível a acionistas controladores detentores das ações ordinárias												
Demonstrações dos resultados				Consolidado								
R\$ mi (exceto lucro por ação)				Nota	2025	2024						
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas												
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas												
Lucro bruto												
Despesas gerais e administrativas												
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar												
Outras receitas operacionais												
Outras despesas operacionais												
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos												
Receitas financeiras												
Despesas financeiras												
Receitas (despesas) financeiras, líquidas												
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social												
Imposto de renda e contribuição social correntes												
Imposto de renda e contribuição social diferidos												
Lucro líquido do exercício												
Lucro atribuído aos:												
Acionistas controladores												
Acionistas não controladores												
Resultado básico e diluído por ação atribuível a acionistas controladores detentores das ações ordinárias												
Fluxo de Caixa – R\$ mi				Nota	2025	2024						
Fluxos de caixa das atividades operacionais												
Lucro líquido do período												
Ajustes para:												
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado												
Constituição (reversão) de provisão para perda esperada dos serviços faturados												
Reversão de provisão para perda esperada dos serviços a faturar												
Depreciação de imobilizado												
Amortização de intangível (Software e Franquias)												
Amortização do ativo de direito de uso												
Amortização de mais valia – carteira de clientes, marcas e acordo de não concorrência												
Amortização de mais valia – signing bonus												
Amortização de mais valia – ativos fixos												
Provisão para riscos fiscais												
Provisão para tributos sub judice												
Reversão para tributos sub judice												
Reversão de atualização monetária sob tributos sub judice												
Imposto de renda e contribuição social												
Constituição de provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas												
Demonstrações dos resultados												
R\$ mi (exceto lucro por ação)												
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas												
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas												
Lucro bruto												
Despesas gerais e administrativas												
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar												
Outras receitas operacionais												
Outras despesas operacionais												
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos												
Receitas financeiras												
Despesas financeiras												
Receitas (despesas) financeiras, líquidas												
Resultado de equivalência patrimonial												
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social												
IRPJ e CSLL correntes												
IRPJ e CSLL diferidos												
Lucro líquido do exercício												
Lucro atribuído aos:												
Acionistas controladores												
Acionistas não controladores												
Resultado básico e diluído por ação atribuível a acionistas controladores detentores das ações ordinárias												
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento												
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos												
Integralização de capital por emissão de ações												
Pagamento de parcelamentos de tributos												
Pagamento de arrendamentos												
Dividendos pagos (controladores e vendedores de adquiridas)												
Instrumentos financeiros derivativos												
Captação de empréstimos												
Captação de debêntures												
Custos incorridos com a emissão de empréstimos												
Custos incorridos com a emissão de debêntures												
Amortização de debêntures												
Amortização de empréstimos												
Exercício de opção de compra e parcela adicional de aquisição												
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento												
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa												
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro												
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro												
Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)												
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												
Controladora Consolidado												

GPS Participações e Empreendimentos S.A.												
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)												
			Reserva		Reserva		Reservas de lucros		Dividendos		Ajustes de	
	Nota	Capital social	Legal	estatutária	Custo de transação	Lucros acumulados	Propostos	Outros resultados abrangentes	avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos controladores	Participação dos não controladores	Total
Em 1º de janeiro de 2024		1.679.699	121.723	1.186.033	(809)	-	-	5.920	(10.301)	2.982.265	6.016	2.988.281
Emissão de ações ordinárias		48.642	-	-	-	-	-	-	-	48.642	-	48.642
Capitalização de reservas sem emissão de ações		200.000	-	(200.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualizações de call options		-	-	-	-	-	-	-	(14.931)	(14.931)	-	(14.931)
Transação de Capital		-	-	(16.996)	-	-	-	-	-	(16.996)	(1.505)	(18.501)
Resultado líquido sobre hedge		-	-	-	-	-	-	(23.342)	-	(23.342)	-	(23.342)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	657.826	-	-	-	657.826	8.608	666.434
Reserva legal		-	32.891	-	-	(32.891)	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(156.234)	-	-	-	(156.234)	-	(156.234)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(63.042)	63.042	-	-	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	405.659	-	(405.659)	-	-	-	-	-	-
Em 31/12/2024		1.928.341	154.614	1.374.696	(809)	-	63.042	(17.422)	(25.232)	3.477.230	13.119	3.490.349
Emissão de ações ordinárias	33(b)	32.775	-	-	-	-	-	-	-	32.775	-	32.775
Capitalização de reservas – bonificação de ações		1.371.675	-	(1.371.675)	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualizações de call options	33(f)	-	-	-	-	-	-	-	27.718	27.718	-	27.718
Transação de Capital	33(e)	-	-	(5.269)	-	-	-	-	-	(5.269)	2.063	(3.206)
Resultado líquido sobre hedge	34(c)(ii)	-	-	-	-	-	-	17.204	-	17.204	-	17.204
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	684.022	-	-	-	684.022	10.121	694.143
Reserva Legal		-	34.201	-	-	(34.201)	-	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários aprovados		-	-	-	-	(220.000)	-	-	-	(220.000)	-	(220.000)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(63.042)	-	-	(63.042)	-	(63.042)
Retenção de lucros		-	-	429.821	-	(429.821)	-	-	-	-	-	-
Em 31/12/2025		3.332.791	188.815	427.573	(809)	-	-	(218)	2.486	3.950.638	25.303	3.975.941
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.												
Demonstrações do Valor Adicionado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)						Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)						
	Nota	2025	2024	2025	2024		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado	
Receitas (1)		-	-	18.792.801	16.170.374	Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Receita bruta de vendas e serviços	35	-	-	18.690.215	15.902.091	Lucro líquido do exercício			684.022	657.826	694.143	666.434
Outras receitas	36	-	-	283.338	215.959	Ajustes para:						
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	12	-	-	(6.255)	1.834	Resultado de equivalência patrimonial	18(a)	(684.976)	(658.024)	-	-	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios		-	-	(174.497)	50.490	Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado		-	-	5.826	(11.289)	-
Insunhos adquiridos de terceiros (2)		(1.088)	(608)	(3.846.925)	(2.800.318)	Constituição (reversão) de provisão para perda esperada dos serviços faturados	36(a)	-	-	5.409	(1.829)	-
Custos das mercadorias vendidas	36	-	-	(1.800.653)	(1.055.205)	Reversão de provisão para perda esperada dos serviços a faturar	36(a)	-	-	846	(5)	-
Materiais, serviços de terceiros e outros		(1.088)	(608)	(2.045.273)	(1.745.113)	Depreciação de imobilizado	19(c)	-	-	153.662	142.529	-
Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)		(1.088)	(608)	14.946.875	13.370.056	Amortização de intangível (Software e Franquias)	21(c)	-	-	11.728	5.328	-
Depreciação e amortização (4)		-	-	(419.607)	(394.993)	Amortização do ativo de direito de uso	20(a)	-	-	60.535	70.017	-
Valor adicionado líquido produzido (5) = (3) + (4)		(1.088)	(608)	14.527.268	12.975.063	Amortização de mais valia – carteira de clientes, marcas e acordo de não concorrência	21(c)	-	-	176.184	152.331	-
Valor adicionado recebido em transferência (6)		685.118	658.494	789.114	575.905	Amortização de mais valia – signing bonus	21(c)	-	-	182	1.225	-
Resultado de equivalência patrimonial	18(a)	684.976	658.024	-	-	Amortização de mais valia – ativos fixos	19(c)	-	-	17.498	24.788	-
Receitas financeiras	37	142	470	789.114	575.905	Provisão para riscos fiscais	30(b)	-	-	9.329	-	-
Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)		684.030	657.886	15.316.382	13.550.968	Provisão para tributos sub judice	30(b)	-	-	2.972	2.864	-
Distribuição do valor adicionado		684.030	657.886	15.316.382	13.550.968	Reversão para tributos sub judice	30(b)	-	-	(136.110)	(101.816)	-
Pessoal		-	-	9.436.414	8.428.296	Reversão de atualização monetária sob tributos sub judice	30(b)	-	-	(60.748)	(24.549)	-
Remuneração direta		-	-	6.796.673	6.107.769	Imposto de renda e contribuição social	27(c)	-	38	274.417	288.090	-
Benefícios	36	-	-	1.956.827	1.716.162	Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	30(a)	-	-	332.121	205.711	-
FGTS		-	-	682.914	604.365	Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	30(a)	-	-	(294.313)	(197.409)	-
Tributos e taxas	8	60	60	3.605.689	3.123.766	Atualização monetária do Sistema "S"	30(a)	-	-	74.768	42.242	-
Federais	8	60	60	2.832.730	2.496.931	Reversão da atualização monetária do Sistema "S"	30(a)	-	-	(23.158)	-	-
Estaduais		-	60	189.280	96.272	Atualização monetária Perse	30(a)	-	-	40.415	10.173	-
Municipais		-	-	583.679	530.563	Processos indenizáveis de aquisição	36(a)	-	-	(12.708)	-	-
Remuneração de capitais de terceiros		-	-	1.580.136	1.332.472	Atualização de ativos indenizatórios e passivos contingentes	36(a)	-	-	4.562	21.493	-
Juros		-	-	1.013.030	871.730	Baixas de ativos indenizatórios e passivos contingentes trabalhistas	36(a)	-	-	(13.246)	-	-
Aluguéis	36	-	-	567.106	460.742	Atualização de parcela contingente – dívida de aquisição	31(a)	-	-	8.237	5.438	-
Remuneração de capitais próprios		684.022	657.826	694.143	666.434	Baixa de parcela contingente – dívida de aquisição	31(a)	-	-	-	(52.418)	-
Dividendos a acionistas controladores		220.000	219.276	220.000	219.276	Compensação de dívida de aquisição	31(a)	-	-	(1.849)	(5.120)	-
Retenção de lucros		464.022	438.550	464.022	438.550	Resultado de instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	170.207	(166.536)	-
Participação de não controladores nos lucros retidos		-	-	10.121	8.608	Atualização monetária indêbito da Selic	14	-	-	(2.365)	(1.823)	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.												
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025												
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)												
1. Contexto operacional: A GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto registrada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), o que caracteriza o mais alto nível de governança corporativa no mercado de capitais brasileiro, sob o código de negociação GGPS3, com sede na avenida Miguel Friaes e Vasconcelos, nº 1.215, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Controladora e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo tem como atividades preponderantes: (i) prestação de serviços de segurança patrimonial; (ii) prestação de serviços de higienização e de limpeza (<i>facilities</i>); (iii) prestação de serviços de logística <i>indoor</i> ; (iv) prestação de serviços de segurança eletrônica, implantação, operação e manutenção predial; (v) prestação de serviços de hotelaria marítima (em plataformas petrolíferas); (vi) prestação de serviços de cozinha e venda de refeições; (vii) prestação de serviços de manutenção de rodovias; (viii) participação em empresas por aquisição de ações ou quotas de capital; (ix) administração e gerenciamento de mão de obra temporária para terceiros, nos termos da Lei 6.019/74, conforme alterada pela Lei 13.429/17; (x) consultoria e assessoria empresarial financeira, na área de eventos promocionais, planejamento, organização e execução de feiras, congressos, eventos e campanhas de incentivo; (xi) promoção de vendas e distribuição de brindes promocionais; (xii) prestação de serviços de manutenção industrial; (xiii) corretagem de seguros de ramos elementares, seguros de vida, saúde, previdência e capitalização; (xiv) manutenção de redes de telefonia, manutenção de acesso e instalação de sistemas de telecomunicação; e (xv) construção de rede de distribuição de energia e manutenção de rede energizada. O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.												
2. Relação de entidades controladas: As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Controladora e das empresas direta e indiretamente controladas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação das seguintes empresas, todas elas domiciliadas no Brasil:												
Controladora direta		Controladora direta		31/12/2025	31/12/2024	Controladora indireta						
Top Service Serviços e Sistemas S.A. – (Top Service)		GPS Participações e Empreendimentos S.A.		100,00	100,00	Controladora direta						
Controlada indireta		Controladora direta		31/12/2025	31/12/2024							
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. – (GPS BA)		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Variações em:						
Ecopolo Gestão de Águas, Resíduos e Energia Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Estoques	-	-	(316.932)	(234.921)	-	-
GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Contas a receber	-	-	(127.141)	(99.110)	-	-
Engeseg Segurança Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	(127.141)	(99.110)	-	-
In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Tributos a recuperar	1	(5)	(145.303)	(96.690)	-	-
Proguarda Vigilância e Segurança Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Depósitos judiciais	-	-	(15.043)	16.873	-	-
Proteg Segurança Patrimonial Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Fornecedores	-	-	(88.560)	(8.186)	-	-
Quattro Serv Serviços Gerais Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Salários e encargos sociais	-	-	94	50.097	-	-
Servis Segurança Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Empréstimos com partes relacionadas	29.160	(49.724)	-	-	-	-
Secopi Segurança Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Outras obrigações tributárias	(5)	9	79.010	163	-	-
Ultralimpo Empreendimentos e Serviços Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Variações em outros ativos e passivos	8	2	(25.778)	(87.363)	-	-
Polonorte Segurança Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	28.497	(50.349)	1.531.237	1.367.402	-	-
BC2 Infraestrutura Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Juros pagos sobre empréstimos	23(b)	-	-	(75.698)	(146.884)	-
Top Service Facilities Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Juros pagos sobre debêntures	24(c)	-	-	(578.047)	(384.843)	-
LC Administração de Restaurantes Ltda. (LC)		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Juros pagos sobre parcelamentos	29	-	-	(5.004)	(6.897)	-
Presidente Altino Participações e Comercialização de Imóveis Próprios Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Imposto de renda e contribuição social pagos	(7)	(38)	(86.371)	(76.249)	-	-
Eleva In-Haus Manutenção Industrial Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	28.490	(50.387)	786.117	752.529	-	-
Evimeria Corretagem de Seguros e Consultoria Ltda.		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		100,00	100,00	Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-	-	-	-	-
Ormeç Engenharia Ltda. (b)		Top Service Serviços e Sistemas S.A.		-	100,00	Aplicações financeiras	-	-	1.558.258	(291.576)	-	

continuação ➡

a essas unidades. Passivos de aquisições são atualizados trimestralmente e as premissas mais relevantes utilizadas no cálculo da contraprestação contingente são baseadas em: **• Valor justo na data de mensuração;** **• Múltiplos de EBITDA;** **• Acréscimos de preços com base em índices financeiros incluindo indicadores como capital de giro, dívida líquida e/ou retenções de contraprestações contingentes (passivos assumidos, mas não economicamente realizados);** **• Ajuste no valor justo de tais considerações e métricas de avaliação com base no método de fluxo de caixa descontado (quando aplicável).** **b. Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **c. Participação de acionistas não controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição, exceto quando de aquisições pelo método de aquisição antecipada, que não leva em consideração as participações dos não controladores. Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida, até a data em que o controle deixa de existir. **e. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidências de perda por redução ao valor recuperável. **f. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **8.2. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O Grupo aplica a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequentes:** **Ativos financeiros**—classificação: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;** e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é attingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;** e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja nota explicativa nº 34). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **• As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.** Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos: **• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;** e **• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;** e **• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.** As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: **• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;** **• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;** **• O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;** e **• Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Veja nota explicativa nº 34 para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> . Para ajustar a dívida ao seu valor justo, o Grupo desenvolveu uma metodologia utilizando as taxas de mercado disponíveis na data de divulgação do balanço patrimonial. Cada fluxo de pagamento é calculado até o seu valor futuro e descontado a valor presente pelas taxas de mercado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por teste de <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Mensurados subsequentemente ao valor justo, exceto as perdas por <i>impairment</i> , juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, são reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como um derivativo, uma contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combina-

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

ção de negócios, ou for designado como VJR no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Demais passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Veja nota explicativa nº 34 sobre os passivos financeiros e derivativos designados como instrumentos de proteção. **(iii) Desreconhecimento:** O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Reforma da taxa de juros:** Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: **• A mudança é necessária como consequência direta da reforma;** e **• A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.** Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira. No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. **Hedges de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de resultado líquido sobre hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. **8.3. Capital social: Ações ordinárias:** Quando aplicável, os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na sua aprovação pelos acionistas. **8.4. Impostos: a. Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pela alíquota regular de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro líquido do exercício e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no

resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **b. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não for mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de impostos diferidos são reconhecidos de acordo com as transações que os originaram, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **8.5. Estoques:** Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização, sendo avaliados pelo método do custo líquido, deduzidos de descontos obtidos de fornecedores. Quando aplicável, é constituída provisão para a desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico quando o giro dos estoques for superior a 60 dias, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. Os efeitos das perdas são reconhecidos contra custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas na demonstração dos resultados. **8.6. Imobilização: a. Reconhecimento e mensuração:** É apresentado ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo atribuído de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs foi determinado com base no seu valor justo naquela data. Um item de imobilização é baixado quando vendida ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído (a) na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. **b. Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **c. Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 19 e que levam em consideração o prazo de vida útil econômica dos bens. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **8.7. Intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos aos testes anuais de *impairment* para avaliação e validação da recuperabilidade destes. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis do Grupo:

	Softwares e		Marcas (a)		Cláusula de não		Mais valia de		Ativo		Passivo		Carteira de		Signing		Franquias (c)	
	Licenças	Ágio	Indefinida	Marcas	concorrência com ex-quotistas	Definida	ativos fixos	indenizatório	Indefinida	contingente	clientes	bônus (b)	Definida	Definida	Definida	bônus (b)	Definida	Definida
Vida útil	Definida	Indefinida	Indefinida	Definida	Definida	Definida	Definida	Indefinida	Indefinida	Indefinida	Definida	Definida	Definida	Definida	Definida	Definida	Definida	Definida
Período de amortização	5 anos	-	-	2 a 5 anos	5 anos	4 a 5 anos	-	-	-	-	3 a 18 anos	8 anos	7 anos	7 anos	7 anos	7 anos	7 anos	7 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Não amortiza	Não amortiza	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear	Não amortiza	Não amortiza	Não amortiza	Não amortiza	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear
Origem	Adquiridos	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)

(a) Marcas com vida útil indefinida possuem nomes conhecidos e consolidados no Mercado em suas localidades, sendo na época de sua aquisição considerada como relevante. (b) Saldo advindo da aquisição do Grupo GRSA. Os Signing Bonus são pagamentos efetuados a clientes, normalmente no início de um contrato, para obter o direito de gerar receita por meio do fornecimento de serviços de alimentação no local do cliente. Os pagamentos são capitalizados ao custo e amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de fornecimento de serviços. Por não ser considerado como pagamento em troca de um bem ou serviço distinto do cliente, a amortização do custo é tratada como uma dedução da receita reconhecida ao longo do prazo do contrato. (c) Saldo advindo da aquisição do Grupo GRSA. Os saldos de franquias são pagamentos efetuados no início do contrato, para acesso a marca, know-how e demais benefícios oferecidos pelo franqueador. Os custos são capitalizados e amortizados linearmente ao longo do prazo do contrato de franquia. Os custos de instalação, treinamento e pagamento de royalties não são ativos intangíveis e são contabilizados de acordo com os demais pronunciamentos contábeis. **(i) Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio é decorrente das operações de aquisição, registrado no grupo de investimentos na Controladora e como ativo intangível no Consolidado. Está segregado de acordo com a alocação obtida a partir da avaliação do Purchase Price Allocation e representa a diferença entre o valor pago na transação e o saldo líquido do valor justo de ativos e passivos adquiridos. **(ii) Mais valia de ativos e demais ativos intangíveis:** Substancialmente, os valores estão distribuídos entre os itens carteira de clientes, mais valia de ativos fixos, valor da marca e acordos de não concorrência. O valor atribuído à carteira de clientes sofre amortização de acordo com o método Multi-Period Excess Earning (MPEEM), para as marcas com vida útil definida a amortização é com base no método Royalty Relief Method e no não concorrência com base na vida útil definida pelo método With or Without Method, os demais estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade. **(iii) Gastos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. **8.8. Redução ao valor recuperável (Impairment) :** **(i) Ativos financeiros não derivativos:** **Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;** e **• Ativos de contrato.** O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento financeiro, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: **• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;** e **• Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.** As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: **• É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);** ou **• De acordo com a política contábil do Grupo para provisão para perda esperada de clientes faturados, aplica-se o percentual de cada faixa sobre o aging list dos títulos em aberto na data base de análise, em 31 de dezembro de 2025 os percentuais foram apurados conforme abaixo:** **• A vencer: 1,20%; • Vencido de 1 a 30 dias: 1,47%; • Vencido de 30 a 60 dias: 7,00%; • Vencido de 61 a 90 dias: 17,49%; • Vencido de 91 a 180 dias: 31,39%; • Vencido de 181 a 360 dias: 50,50%; e • Acima de 360 dias: 52,17%.** De acordo com a política contábil do Grupo, a provisão para perda esperada de clientes a faturar é calculada considerando 0,8% sobre a receita operacional bruta mensal e eventuais complementos de casos pontuais decorrentes do processo de análise realizado no mês de novembro, o qual tem como objetivo avaliar a manutenção ou a baixa definitiva dos valores provisionados. Esses percentuais foram estimados com base na avaliação de risco e dados históricos do Grupo. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Devido às características do contas a receber, o Grupo adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo usando dois métodos de análise, em bases coletivas e individuais. **Bases coletivas:** O Grupo adota o modelo de perdas esperadas, baseado no histórico de inadimplência por faixa de vencimento após 12 meses do reconhecimento, aplicando tais taxas nas faixas de vencimento do *aging list* apurado na data base de apresentação. **Bases individuais:** A cada fechamento de balanço, o Grupo avalia se houve ou não aumento significativo do risco de crédito para cada cliente ou características de recebíveis específicos através de análise qualitativa dos fatores que possam levar a uma expectativa alta de inadimplência. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que

ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **• Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;** **• Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;** **• Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;** **• A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;** e **• Para estes clientes ou classes de ativos, o Grupo determina a perda esperada a ser reconhecida. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e estoques, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **8.9. Arrendamentos :** **Determinando quando um contrato contém um arrendamento:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controle o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação O CPC 06 (R2) / IFRS 16 inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pelo Grupo: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses. **Como arrendatário:** O Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo do arrendamento que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. **(i) Ativos de direito de uso:** Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. O ativo de direito de uso inicialmente é mensurado ao custo, que compreende o valor de mensuração inicial do passivo do arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos do arrendamento feitos até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a incorrer pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando a localização em que se encontra ou restaurando o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições do arrendamento, deduzido de quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Subsequentemente, ele é depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. **(ii) Passivo de arrendamento:** O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os

continuação ➡

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



continuação ➡

pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: ● Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; ● Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; ● Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e ● O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Como arrendador:** O Grupo não definiu políticas contábeis quando atua como arrendador por entender que esses valores não são significativos. **8.10. Provisões: Geral:** As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Tributos sub judice:** No processo de aquisição de empresas há riscos levantados em relatório de especialistas quanto aos riscos fiscais não provisionados pela Administração anterior. Tais riscos referem-se principalmente a débitos federais de exigibilidade suspensa, reduções na base de cálculo de tributos com precedentes nos tribunais desfavoráveis aos contribuintes, ausência de recolhimento de IOF em operações de mútuo e não cumprimento de alguns aspectos da Consolidação das Leis Trabalhistas, como passivo assumido na destinação da rubrica de tributos sub judice e tratado como tal. **8.11. Benefício a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O reconhecimento de bônus a pagar aos empregados é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, segundo metas de desempenho individuais segundo critérios específicos. O Grupo não mantém benefícios de demissão, planos de pensão, previdência privada ou nenhum plano de aposentadoria ou benefícios para seus empregados e dirigentes pós sua saída do Grupo. **8.12. Plano de Opção de Compra de Ações:** O Grupo possui um Plano de Opções de Compra de Ações (“Plano de Opções”), aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da 14 de abril de 2022, cujos objetivos são: (i) Proporcionar a determinados Colaboradores, selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia (“CA-GPS”), a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, propiciando, em consequência, um maior alinhamento de seus interesses com os interesses dos demais acionistas, e consequente compartilhamento dos riscos do mercado de capitais; (ii) Estimular a permanência e fidelização desses Colaboradores; e (iii) Compartilhar a criação de valor na Companhia entre tais Colaboradores e demais acionistas da Companhia. No contexto do Plano de Opções, conforme Programa anual aprovado pelo Conselho de Administração, os Colaboradores selecionados firmam Contrato de Opções e podem exercê-las conforme as regras estipuladas e, conforme deliberações constantes da Ata de Reunião Extraordinária do CA-GPS, em 14 de março de 2025 foram aprovadas: ● Emissão de 2.425.971 (dois milhões, quatrocentas e vinte e cinco mil, novecentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. ● Preço de exercício com base na cotação média de preços de fechamento das ações da Companhia no período compreendido entre 05 de março de 2025 e 11 de março de 2025, de R\$13,51 (treze reais e cinquenta e um centavos) por opção. ● Desconto de 10% (dez por cento) a ser pago como prêmio, correspondente ao valor de R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos). Ainda pelo Programa Anual, as opções tiveram vesting imediato e prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para exercício pelos Colaboradores e, o preço de exercício foi pago à vista, simultaneamente à formalização da subscrição das ações, adquiridas pelos Colaboradores. As ações emitidas em decorrência do exercício das opções estão sujeitas a período de “Lock Up” e não implicam exigência de permanência do Colaborador no Grupo. O Plano de Opções (Assim entendidas as ações emitidas pela Companhia em decorrência do mesmo) é registrado, sob o ponto de vista contábil, de acordo com os termos CPC 10 / IAS 2 e conforme a outorga de instrumentos patrimoniais adquiridos imediatamente. Dessa forma, o desconto aplicado teve seu reflexo contábil considerado como Prêmio, no valor de R\$ 3.275 (conforme nota explicativa nº 16.3.1) e a capitalização como patrimônio (aumento de capital, veja nota explicativa nº 33 (a)). **8.13. Receita de contrato com cliente:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. Informações sobre o cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas, estão detalhadas na nota explicativa nº 35 (d). **8.14. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: ● Receita de juros ● Despesas de juros ● Ganhos/perdas líquidas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda ● Ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros ● Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber) ● Atualizações monetárias de depósitos judiciais A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: ● Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou ● Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **8.15. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As novas normas e interpretações alteradas, mas não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor. **a) IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. ● As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuidas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. ● As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. ● Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’. **b) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo: - IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações - Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais **9. Informações por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração de acordo com a aprovação anual do Plano de Negócios, também responsável pela tomada de decisões estratégicas do Grupo. A determinação dos segmentos operacionais do Grupo é baseada em sua estrutura de Governança Corporativa, que divide os negócios para fins de gestão e tomada de decisão em unidades regionais, nas áreas geográficas dos clientes. A receita e o custo são utilizados para definir as respectivas estruturas de gestão, com base nas unidades regionais. O Conselho de Administração acompanha os resultados de cada unidade de negócios pelo menos trimestralmente. As receitas e os custos do segmento são baseados na localização geográfica dos clientes, que é a mesma métrica utilizada para definir as respectivas estruturas de gestão, com base nas unidades regionais. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Todas as receitas de contratos com clientes do Grupo estão concentradas em um único mercado geográfico (Brasil) e todos os produtos e serviços são transferidos em momento específico no tempo. A tabela a seguir

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

contém informações financeiras resumidas relacionadas à distribuição geográfica das operações comerciais do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Receita líquida		Custos		Lucro bruto
	2025	2024	2025	2024	2024
Sudeste	10.873.242	7.748.718	(9.303.863)	(6.522.712)	1.569.379
Norte					1.226.006
Nordeste	3.187.572	2.015.380	(2.741.291)	(1.688.684)	446.281
Sul	1.963.844	1.601.775	(1.710.933)	(1.371.452)	252.911
Centro-Oeste	1.063.406	884.255	(923.001)	(738.424)	140.405
Não alocado (i)	195.095	2.524.241	(75.799)	(2.216.744)	119.296
Total	17.283.159	14.774.369	(14.754.887)	(12.538.016)	2.528.272

(i) Esses montantes referem-se a saldos consolidados que ainda não fazem parte do sistema operacional do Grupo, como é o caso de empresas que foram adquiridas e ainda não foram totalmente integradas. Uma vez que essas aquisições ainda estão no período de mensuração, os valores estão sendo apresentados de maneira provisória nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, conforme CPC 15 (R1) / IFRS 3. Os registros contábeis de resultado são classificados por Centros de Resultado, que carregam informações como: segmento, região, estrutura de gestão, entre outras. Diferentemente dos registros contábeis patrimoniais, que são classificados apenas por contas contábeis, de modo que se torna impraticável a apresentação das rubricas patrimoniais por segmento regionalizado.

10. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	42	46	61.053	82.058
Certificados de depósito bancário (a)	-	-	3.831.561	1.386.206
Total	42	46	3.892.614	1.468.264

(a) As aplicações em Certificados de depósito bancário referentes a caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 são remuneradas com base em taxas médias equivalentes a 102,5% a.a. (106,97% a.a. em 31 de dezembro de 2024) da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Estes recursos possuem liquidez imediata, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sendo utilizados para arcar com o pagamento de obrigações operacionais do Grupo, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” considerava a média do faturamento bruto mensal dos últimos 6 meses, desde que cumulativamente também atendessem os critérios da CPC 03 / IAS 7. O excedente de caixa foi classificado em “aplicações financeiras” nos ativos circulante e não circulante. Após reavaliação da política contábil de caixa e equivalentes realizada em 30 de junho de 2025, o Grupo passou a tratar, o até então classificado como “Aplicações financeiras”, como “Caixa e equivalentes de caixa”. Dessa forma, não haverá mais a segregação para aplicações financeiras, sendo que não há nenhuma alteração no plano estratégico e de política de caixa da Companhia. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito estão incluídas na nota explicativa nº 34.

11. Aplicações financeiras:

	Consolidado	
	2025	2024
Certificados de depósito bancário (i)	-	1.558.258
Total	-	1.558.258

(i) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 são remuneradas com base em taxas médias equivalentes a 109,3% a.a. da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Estes recursos possuíam liquidez imediata, eram prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor. Essas aplicações financeiras, mesmo que de liquidação imediata, foram separadas de caixa e equivalentes de caixa por não estarem destinadas a manutenção do fluxo de caixa operacional do Grupo. Após reavaliação da política contábil de caixa e equivalentes realizada em 30 de junho de 2025, o Grupo passou a tratar, o até então, classificado como “Aplicações financeiras” como “Caixa e equivalentes de caixa”. Dessa forma, não haverá mais a segregação para aplicações financeiras, destacando que não há nenhuma alteração no plano estratégico e de política de caixa da Companhia.

12. Contas a receber:

	Consolidado	
	2025	2024
Serviços faturados	2.612.624	2.472.097
Serviços a faturar (a)	1.435.408	1.235.587
Retenções contratuais (b)	94.456	87.825
Outras contas a receber	6.248	55
Subtotal	4.148.736	3.795.564
Provisão para perdas esperadas dos serviços faturados (c)	(116.427)	(110.473)
Provisão para perdas esperadas dos serviços a faturar (c)	(12.914)	(11.969)
Total	4.019.395	3.673.122
Circulante	3.895.214	3.559.218
Não circulante	124.181	113.904

(a) Os serviços a faturar referem-se a serviços prestados e medidos ainda não faturados até a data de fechamento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. (b) Refere-se a retenções efetuadas por clientes, previstas contratualmente, as quais serão devolvidas no final do prazo contratual. (c) A provisão para perdas esperada nos serviços faturados e a faturar são calculadas de acordo com a política mencionada na nota explicativa nº 8.8. O *aging list* de contas a receber de serviços faturados está apresentado na nota explicativa nº 34. A movimentação do saldo da provisão para perdas esperadas dos serviços faturados está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Em 1º de Janeiro	(110.473)	(85.974)
Provisão advinda de combinação de negócios	(545)	(26.328)
Constituição de provisão para perdas	(106.113)	(67.516)
Realização líquida da provisão de perdas	100.704	69.345
Em 31 de dezembro	(116.427)	(110.473)

A movimentação do saldo da provisão para perdas esperadas dos serviços a faturar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Em 1º de Janeiro	(11.969)	(8.815)
Provisão advinda de combinação de negócios	(99)	(3.159)
Constituição de provisão para perdas	(150.642)	(142.436)
Realização da provisão de perdas	149.796	142.441
Em 31 de dezembro	(12.914)	(11.969)

Há cessões fiduciárias de recebíveis para os empréstimos da modalidade capital de giro, veja nota explicativa nº 23. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito, de mercado e perdas esperadas relacionadas a “Contas a receber e outras contas a receber” estão divulgadas na nota explicativa nº 34 (b).

13. Estoques:

	Consolidado	
	2025	2024
Estoque alimentar	80.782	72.169
Estoque de matérias descartáveis	-	7.206
Estoque de limpeza	1.930	2.638
Estoque em poder de terceiros	75.391	28.533
Provisão para perda de estoque	(4.374)	-
Total	153.729	110.546

O Grupo opera com diversos produtos perecíveis e tem como prática registrar provisão para perda de todos os itens sem movimento há mais de 60 dias.

14. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:

	Consolidado	
	2025	2024
Imposto de renda de operações, líquido	108.603	103.469
Imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras, líquido	181	2.450
Contribuição social, líquida	56.672	55.082
Crédito de imposto de renda decorrente de atualização da Selic sobre débitos tributários	13.733	12.913
Crédito de contribuição social decorrente de atualização da Selic sobre débitos tributários	4.649	4.649
Atualização monetária de indébito da Selic	8.253	5.888
Crédito de impostos de renda sobre o adicional do programa de alimentação ao trabalhador – PAT	3.521	-
Atualização monetária do PAT	955	-
Total	196.567	184.451
Circulante	158.485	146.373
Não circulante	38.082	38.078

O saldo de imposto de renda e da contribuição social a recuperar referem-se aos valores retidos em fonte nas notas fiscais de venda/serviços prestados.

15. Tributos a recuperar:

	Consolidado	
	2025	2024
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	123.352	117.769
Contribuição do Programa de Integração Social (PIS) (i)	36.981	34.189
Contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (i)	345.524	250.669
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) (i)	78.304	72.404
Indébito da Selic sobre atualização de Pis e Cofins (ii)	50.032	36.756
Atualização monetária de indébito da Selic (ii)	18.704	12.992
Outros	8.885	4.942
Total	661.582	529.721
Circulante	416.782	508.495
Não circulante	244.800	21.226

(i) Tributos a recuperar são substancialmente impostos retidos em fonte dos serviços prestados aos clientes, conforme Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais, estão sujeitos a retenção na fonte da COFINS e da contribuição para o PIS/

PASEP divulgada nesta nota explicativa e também retenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL divulgada na nota explicativa nº 14. Dessa forma, o Grupo possui em seu ativo a circulação de retenções em fonte nos tributos ISS (de 2 a 5%), PIS (0,65%), COFINS (3%), Imposto de Renda (de 1 a 4,8%), Contribuição Social (1%) e INSS (11%) que são utilizados como fonte redutora de seus impostos a pagar. (ii) A partir das informações financeiras de 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas efetuaram uma abertura adicional na rubrica de Impostos a Recuperar, com o objetivo de aprimorar a transparência e fornecer informações mais detalhadas sobre a natureza dos saldos apresentados. Essa alteração refere-se exclusivamente à forma de apresentação e divulgação e não implicou quaisquer efeitos sobre os valores anteriormente reconhecidos nas demonstrações financeiras, tampouco caracteriza mudança de política contábil ou correção de erro, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Para fins de comparabilidade, as informações correspondentes aos períodos anteriores foram ajustadas na nota explicativa, sem efeitos sobre o resultado ou o patrimônio líquido.

16. Partes relacionadas: **16.1. Controladora final:** O controle da Grupo é exercido por um bloco de controle, constituído pelos seguintes acionistas: José Caetano Paula de Lacerda, Carlos Nascimento Pedreira, Valora Participações Ltda., Luis Carlos Martinez Romero, Marcelo Niemeyer Hampshire e Solange Maria Pereira Martinez. Com a dissolução da participação da NP Participações S.A., em 23 de setembro de 2024, também passaram a integrar o bloco de controle Fernanda Didier Nascimento Pedreira, Carlos Nascimento Pedreira Filho, Marcos Nascimento Pedreira e Verônica Didier Nascimento Pedreira. Essa dissolução não alterou a composição do bloco, tratando-se apenas de uma reorganização societária. **16.2. Conta corrente e receber – partes relacionadas e Conta corrente a pagar – partes relacionadas:** As empresas do Grupo realizam entre si operações com natureza de “conta corrente” e convênio de caixa único, por meio de débitos e créditos que envolvem as empresas correntistas e a empresa definida como a líder do convênio, a controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A. Neste sentido, a Controladora registrou, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$20.190 em “Conta corrente a receber – partes relacionadas”, no ativo não circulante (R\$49.350 em 31 de dezembro de 2024 em “Conta corrente a pagar – partes relacionadas”, no passivo circulante), da controlada Top Service Serviços e Sistemas S.A. **16.3. Empréstimos a receber:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos a receber (i)	2.744	4.755	26.208	33.296
Total	2.744	4.755	26.208	33.296
Circulante	716	1.203	4.381	5.120
Não circulante	2.028	3.552	21.827	28.176

(i) Trata-se de empréstimos para executivos do Grupo. O prazo dos contratos de mútuo é de oito anos com pagamentos em oito parcelas anuais. A atualização dos valores é efetuada mensalmente (*pro rata temporis*) pela variação acumulada na remuneração do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de Janeiro	4.755	6.186	33.296	26.193
Empréstimos concedidos	-	-	-	10.500
Atualização monetária	142	471	1.480	2.209
Recebimentos	(1.724)	(1.902)	(7.275)	(5.606)
Outros	(429)	-	(1.293)	-
Em 31 de dezembro	2.744	4.755	26.208	33.296

16.3.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os executivos que estão no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia. A remuneração paga por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Salários	38.040	37.705
Benefícios	3.633	3.333
Encargos sociais	7.893	3.697
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	98.142	103.437
Prêmio do plano de opção de compra de ações (i)	3.275	4.859
Total	150.983	153.031

(i) Veja nota explicativa nº 33 (b). A remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui salários e benefícios (assistência médica, vale refeição e vale alimentação). **16.1. Dividendos a receber:** Em 31 de dezembro de 2025, a Controladora possuía R\$ 199.810 de dividendos a receber (R\$156.281 em 31 de dezembro de 2024) da sua controlada Top Service Sistemas e Serviços S.A.

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de Janeiro	156.281	214.936
Dividendos mínimos obrigatórios declarados	162.682	156.281
Dividendo adicional proposto	37.129	-
Dividendos distribuídos	(156.282)	(214.936)
Em 31 de dezembro	199.810	156.281

16.2. Dividendos a pagar: Em 31 de dezembro de 2025, a Controladora possuía R\$220.000 de valores a pagar de dividendos para seus acionistas (R\$156.234 em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de Janeiro	156.234	215.094	161.515	215.094
Dividendos mínimos obrigatórios declarados	-	156.234	-	156.234
Dividendos intermediários aprovados (i)	220.000	-	220.000	-
Dividendos antecipados a distribuir por controladas	-	-	1.674	1.447
Dividendos registrados a distribuir por controladas	-	-	5.270	17.148
Dividendos adicionais aprovados	-	-	63.042	-
Dividendos pagos	(156.234)	(215.094)	(228.195)	(228.408)
Em 31 de dezembro	220.000	156.234	223.306	161.515

(i) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2025, conforme o disposto no artigo 21, item (vii) do Estatuto Social da Companhia (“Estatuto Social”), a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, com base no lucro líquido apurado no primeiro semestre de 2025, conforme registrado no balanço patrimonial de 30 de junho de 2025, no montante total de R\$ 220.000,00,00 (duzentos e vinte mil reais), correspondente a R\$ 0,32482838999 por ação ordinária de emissão da Companhia. Para maiores informações do cálculo, vide nota explicativa 33 c. **16.3. Garantias, avais e fianças com partes relacionadas:** O Grupo possui ainda transações em que a Controladora presta aval em contratos feitos pela controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A. e pelas controladas indiretas Loghis Logística e Serviços Ltda., Ormec Engenharia Ltda., In Haus Industrial e Serviços de Logística S.A. e Trade e Talentos Soluções em Trade e Pessoas S.A., sem custo para as controladas, conforme segue:

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Natureza				
Empréstimos	790.553	1.092.977		

<

GPS Participações e Empreendimentos S.A.									
	Saldo		Reconhecido			Saldo em 31/12/2025			
	líquido em 1º/01/2025	Reconhecido no resultado	no patrimônio líquido	Adquiridas M&A	Ajustes adquiridas	Outros	Valor líquido	Ativo fiscal Passivo fiscal	Passivo fiscal diferido
Provisão para acordo ou execução tributária	395.792	26.072	-	320	4.613	-	426.797	426.797	-
Provisão para acordo ou execução cível	18.413	3.692	-	41	-	-	22.146	22.146	-
Ativo indenizatório Graber	(2.091)	2.091	-	-	-	-	-	-	-
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL	(5.549)	(346)	-	-	-	-	(5.895)	-	(5.895)
Provisão para remuneração variável	51.253	(5.266)	-	396	-	-	46.383	46.383	-
Instrumentos derivativos – swap a realizar	(8.973)	17.725	(8.862)	-	-	-	(110)	-	(110)
Tributos sub judice	169.836	(59.116)	-	8.604	-	-	119.324	119.324	-
Outras diferenças temporárias (i)	(7.731)	(36.365)	-	(1.087)	(1.192)	(1.192)	(46.374)	-	(46.374)
Imposto líquido ativo (passivo)	873.331	18.230	(23.142)	10.569	4.613	(1.192)	882.410	1.119.958	(237.548)
(i) Refere-se a provisão de notas fiscais não lançadas e diferença de depreciação de imobilizados.									
	Saldo		Reconhecido			Saldo em 31/12/2024			
	líquido em 1º/01/2024	Reconhecido no resultado	no patrimônio líquido	Adquiridas M&A	Ajustes adquiridas	Outros	Valor líquido	Ativo fiscal Passivo fiscal	Passivo fiscal diferido
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros									
Prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	71.593	15.058	-	-	-	-	86.651	86.651	-
Efeitos de combinação de negócios									
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura	(118.759)	(33.996)	-	-	-	-	(152.755)	-	(152.755)
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07	1.702	-	-	-	-	-	1.702	1.702	-
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida	41.136	(4.838)	-	-	-	-	36.298	36.298	-
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas, acordo de não concorrência e ativo fixo	102.646	38.568	-	-	-	-	141.214	141.214	-
Ajuste a valor justo – dívida de aquisição	11.625	-	7.692	-	-	-	19.317	19.317	-
Diferenças temporárias									
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	27.916	85	-	10.067	-	-	38.068	38.068	-
Provisão para perda de crédito de retenção contratual	142	731	-	-	-	-	873	873	-
Provisão para acordo ou execução trabalhista	67.017	9.896	-	14.100	-	-	91.013	91.013	-
Provisão para acordo ou execução tributária	177.585	18.991	-	199.216	-	-	395.792	395.792	-
Provisão para acordo ou execução cível	10.077	(44)	-	8.380	-	-	18.413	18.413	-
Ativo indenizatório Graber	(21.420)	19.329	-	-	-	-	(2.091)	-	(2.091)
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL	(5.654)	105	-	-	-	-	(5.549)	-	(5.549)
Provisão para remuneração variável	51.274	(9.352)	-	9.331	-	-	51.253	51.253	-
Instrumentos derivativos – swap a realizar	3.050	(24.049)	12.026	-	-	-	(8.973)	-	(8.973)
Tributos sub judice	145.354	1.797	-	26.314	-	-	173.465	173.465	-
Outras diferenças temporárias (i)	15.117	(14.303)	-	(11.263)	(2.153)	1.242	(11.360)	-	(11.360)
Imposto líquido ativo (passivo)	580.401	17.978	19.718	256.145	(2.153)	1.242	873.331	1.054.059	(180.728)
(i) Refere-se a provisão de notas fiscais não lançadas e diferença de depreciação de imobilizados.									
c) Reconciliação do lucro do imposto de renda e da contribuição social com as correspondentes despesas no resultado: A reconciliação entre o imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:									
	Controladora	Consolidado							
	2025	2024	2025	2024					
Lucro líquido do exercício	684.022	657.826	694.144	666.434					
Equivalência patrimonial	(684.976)	(658.024)	-	-					
Lucro (prejuízo) contábil ajustado sem equivalência IRPJ/CSLL	(954)	(198)	694.144	666.434					
Lucro (prejuízo) contábil ajustado sem equivalência IRPJ/CSLL	(954)	(160)	968.561	954.524					
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	324	54	(329.311)	(324.538)					
(Adições) / exclusões permanentes (i)	23	(127)	48.263	20.097					
Doações / PAT / adicional (ii)	-	13	865	8.815					
Lei do Bem	-	-	11.249	2.777					
Outros (iii)	(347)	22	(5.484)	4.759					
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(38)	(274.418)	(288.090)					
Tributos correntes	-	(38)	(292.647)	(306.068)					
Tributos diferidos	-	-	18.230	17.978					
Taxa efetiva	0,00%	(23,75%)	28,33%	30,18%					
(i) Adições permanentes são compostas de multas de trânsito, contribuições sindicais, brindes e multas de auto de infração. Exclusões permanentes são compostos de estornos, descontos e correções de natureza devedora; (ii) Referem-se às deduções incorridas no período e previstas no regulamento do IRPJ. (iii) Diferenças temporárias e prejuízo fiscal não constituído de empresas sem perspectiva de rentabilidade futura.									
28. Obrigações tributárias:									
	Controladora	Consolidado							
	2025	2024	2025	2024					
Contribuição do Programa de Integração Social (PIS)	-	1	4.488	5.123					
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1	7	14.452	14.643					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	-	-	23.890	17.924					
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	-	-	141.802	128.112					
Outros	2	-	7.198	3.981					
Total	3	8	191.830	169.783					
29. Parcelamento de tributos:									
Modalidade	Encargos financeiros		Consolidado						
	2025	2024	2025	2024					
REFIS IV	SELIC	15.343	14.911						
PPI	SELIC	11.421	9.703						
Simplificado Previdenciário	SELIC	47.160	50.122						
Total		73.924	74.736						
Circulante		28.450	25.431						
Não circulante		45.474	49.305						
O Grupo possui parcelamentos na modalidade REFIS IV, referente à Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 12.996/14 administrados pela RFB (Receita Federal do Brasil) e PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como PPI municipal na cidade de São Paulo, e em 2017, com base na Lei nº 13.496/17, foram incluídos os parcelamentos simplificados no “NOVO REFIS” denominado de PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) e administrado pela RFB e PGFN. A movimentação dos valores devidos é demonstrada a seguir:									
	Consolidado								
	2025	2024							
Em 1º de janeiro	74.736	58.680							
Encargos financeiros	17.728	5.365							
Pagamentos efetuados de principal	(34.511)	(21.284)							
Pagamentos efetuados de juros	(5.004)	(6.897)							
Adívino de adquiridas	13.974	38.872							
Novos parcelamentos	7.001	-							
Em 31 de dezembro	73.924	74.736							
As parcelas do passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:									
Vencimento	2025								
2027	21.003								
2028	13.372								
2029	8.962								
2030 em diante	2.137								
Total	45.474								
30. Provisão para contingências, tributos sub judice, depósitos judiciais e ativo indenizatório:									
	Consolidado								
	2025	2024							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (a)	2.092.148	1.880.817							
Tributos sub judice (b)	428.247	534.356							
Total	2.520.395	2.415.173							
a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: O Grupo está sujeito a diversos processos judiciais e procedimentos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo mantinha provisão equivalente a R\$2.092.148 (R\$1.880.817 em 31 de dezembro de 2024), julgada adequada e suficiente pelos administradores com base em pareceres jurídicos.									
	Consolidado								
	2025	2024							
Trabalhistas (i)	311.223	298.384							
Tributários (ii)	426.766	391.337							
Cíveis (iii)	69.211	66.827							
Sistema “S” (iv)	534.761	588.434							
Perse (vi)	378.045	225.144							
Atualização monetária do Sistema S (iv)	205.492	153.883							
Atualização monetária Perse (vi)	73.598	33.183							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.999.096	1.757.192							
Alocação de passivos contingentes (v)	93.052	123.625							
Total	2.092.148	1.880.817							
(i) Os principais pleitos das demandas trabalhistas são: diferenças de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e adicional noturno. (ii) As principais demandas de natureza tributária decorrem de: (i) não homologação de créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS declarados em PER/DCOMP; (ii) não homologação de créditos de INSS utilizados em PER/DCOMP para compensação de INSS; (iii) questionamento sobre não recolhimento/retenção do ISS; (iv) não incidência de INSS sobre verbas indenizatórias (férias, 1/3 férias gozadas, 15 dias que antecedem o auxílio doença ou acidente, aviso prévio indenizado) e (v) créditos de PIS e COFINS sobre despesas com alimentação, combustível, assistência médica e planos de saúde fornecidas aos empregados, tendo em vista o conceito de insumo vinculado à formação da receita e a essencialidade e relevância dos itens. Os valores relacionados à esta contingência foram depositados em juízo (vide nota 30c). (iii) Os processos de natureza cíveis na sua maioria, não envolvem, individualmente,									
(ii) Trata-se da queda de algumas liminares que foram convertidas em compensação ou pagamento por parte da Administração. <i>Perdas possíveis não provisionadas no balanço:</i> As ações envolvendo risco de perda classificadas pelo Grupo como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída em 31 de dezembro de 2025, totalizam R\$2.291.230, sendo R\$1.528.720 tributários, R\$302.476 cíveis e R\$460.034 trabalhistas (R\$1.742.201 em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$1.117.302 tributários, R\$387.350 cíveis e R\$237.549 trabalhistas). As naturezas dessas ações são as mesmas descritas no item “(a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas”. Os principais processos de perda possível são: • Cível: trata-se de pedido de instauração de arbitragem em face da Top Service Serviços e Sistemas S.A. e GPS Participações e Empreendimentos S.A., onde os requerentes pleiteiam o pagamento de ajuste de valor adicional em cerca de R\$82.774. O procedimento encontra-se em fase de formação, sendo que o último andamento foi a notificação com o protocolo de requerimento de instauração de arbitragem. • Tributário: Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, contra a empresa GR Serviços e Alimentação Ltda., cujo objeto é a glosa de créditos de PIS e COFINS, decorrente da aquisição de produtos não sujeitos ao pagamento da contribuição (tributados à alíquota zero), referente ao ano de 2014 e 2017. Atualmente os processos estão na esfera administrativa e aguarda o julgamento dos recursos voluntários apresentados ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). A Companhia possui outros processos tributários de risco possível que não possuem valores individualmente materiais que requeiram maiores divulgações. b) Tributos sub judice:									
	Consolidado								
	2025	2024							
Tributos municipais	14.057	12.438							
Tributos federais (i)	320.495	412.969							
Tributos estaduais	172	173							
Riscos trabalhistas e previdenciários (ii)	93.523	108.776							
Total	428.247	534.356							
(i) Tributos federais sendo em sua totalidade advindos das empresas adquiridas. Tais saldos, representados por obrigações presentes, são constituídos para cobertura de riscos fiscais em determinadas práticas até o momento da aquisição e não provisionadas pela Administração anterior. Essas estão relacionadas, principalmente, a divergências nos débitos e créditos informados em obrigações acessórias perante a aplicação do regime cumulativo e não cumulativo para o PIS e a COFINS e abrangem, inconsistentemente nos créditos informados em obrigações acessórias frente ao									
outubro de 2025, os Ministros do STJ aplicaram a sistemática dos recursos repetitivos para o Tema sob nº 1.390, que trata da aplicação da trava de 20 salários para INCRA, SEBRAE e Salário-Educação, determinando a suspensão do andamento de todos os processos. Frente às novas decisões e, tendo em vista o andamento do Tema 1.079 e Tema 1.390, a administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos internos e externos, reavaliaram o tema levando em consideração as particularidades de cada uma das diversas empresas que compõem o Grupo GPS e concluíram que a classificação da perda permanece como provável, reforçada pela robustez dos argumentos de cunho técnico trazidos pela Fazenda Nacional nos autos dos embargos de divergência e a reversão parcial da provisão para as entidades INCRA, SEBRAE e Salário-Educação, justificando a manutenção da provisão. O risco relacionado às empresas GR Serviços de Alimentação Ltda. e Clean Mall Serviços Ltda, no montante de R\$160.417, é objeto de indenização parcial (vide Nota 30d, i). (v) Trata-se de alocação realizada nas aquisições de empresas, reconhecidas na empresa adquirente e discriminadas em laudo PPA - Purchase Price Allocation, provenientes de processos jurídicos e riscos levantados em relatórios de due diligence de esferas cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas com expectativa possível de perda. (vi) Em abril de 2022 a controlada GR Serviços de alimentação aderiu ao programa emergencial de retomada do setor de eventos (PERSE), conforme descrito na lei 14.148/21, passando a aplicar alíquota zero para o Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). Em janeiro de 2023, após a publicação da portaria nº 11.266, do CNAE 5620-1/01 passou a não ser mais previsto, visando restrições ao direito a crédito. A empresa recorreu através de mandados de segurança alegando inconstitucionalidade, impossibilidade de revisão de benefício concedido por prazo determinado e, sob condição onerosa, que foram acolhidos e resultaram em 03 (três) decisões liminares ativas até então. Em 19 de julho de 2024, após novas restrições impostas pela Lei 14.858, de 22 de maio de 2024, a empresa ingressou com novo mandado de segurança, obtendo em 01 de agosto de 2024, decisão favorável garantido o direito da GRSA de continuar a usufruir do PERSE em que pese a nova alteração legislativa, até 17 de março de 2027. Para o benefício praticado a partir de 1º de janeiro de 2023, a diferença para o zeramento da alíquota, vem sendo objeto de provisionamento, sendo o montante de R\$249.388 referente à fatos geradores anteriores a 01 de junho de 2024, que é objeto de indenização (vide Nota 30d, i), e R\$167.444 referente à aplicação do PERSE a partir de 1º de junho de 2024. O Grupo, de acordo com as práticas contábeis, efetuou a provisão de suas contingências cuja classificação de risco de perda seja provável, conforme análise de seus consultores jurídicos. O principal processo é: • Ação tributária movida pela Receita Federal do Brasil contra a controlada Graber, por glosa de compensações previdenciárias (INSS) ocorridas em 2015 e 2016. Impugnação julgada improcedente em 2018, recurso voluntário apresentado e aguardando julgamento. O valor estimado de perda em 31 de dezembro de 2025 é de R\$42.700, não havendo alteração desde 31 de dezembro de 2024. Tal valor é estimado pelos assessores jurídicos com base nos resultados dos processos judiciais atuais e esperados. A movimentação da provisão para contingências pode ser assim resumida:									
	Consolidado								
	2025	2024							
Em 1º de janeiro	1.880.817	998.613							
Atualização de contingência em contrapartida a ativo indenizatório	-	250							
Sistema “S” (ii)	(53.673)	40.307							
Atualização monetária do Sistema “S”	74.768	42.242							
Reversão de atualização monetária Sistema “S” (ii)	(23.158)	-							
Provisão Perse	152.893	35.754							
Atualização monetária Perse	40.415	10.173							
Provisão advinda da adquirida RHMED	472	-							
Provisão advinda da adquirida Nutricar	471	-							
Provisão advinda da adquirida Trademark	-	(286)							
Provisão advinda da adquirida Lyon	-	2.284							
Provisão advinda da adquirida Control	-	15.708							
Provisão advinda da adquirida Marfood	-	4.702							
Provisão advinda da adquirida Invictus	-	27							
Provisão advinda da adquirida GRSA	9.697	691.965							
Provisão advinda da adquirida TAGG	2.212	-							
Outros	(2)	(123)							
Reversão de provisão	(294.313)	(197.409)							
Complemento de provisão	332.121	205.711							
Subtotal	2.122.720	1.849.940							
Baixa de passivos contingentes (i)	(49.176)	(33.205)							
Alocação de passivos contingentes (i)	15.055	55.739							
Atualização de passivos contingentes (i)	3.549	8.343							
Em 31 de dezembro	2.092.148	1.880.817							
	Consolidado								
	2025	2024							
Em 1º de janeiro	534.356	493.267							
Atualização monetária	47.066	40.714							
Provisão advinda de adquirida – Tagg	14.309	-							
Provisão advinda de adquirida – Vale Presente	1.003	-							
Provisão advinda de adquirida – RHMED	6.898	-							
Provisão advinda de adquirida – Nutricar	9.172	-							
Provisão advinda de adquirida – Lyon	-	10.072							
Provisão advinda de adquirida – Control	-	18.987							
Provisão advinda de adquirida – Marfood	-	7.635							
Provisão advinda de adquirida – Invictus	-	7.671							
Provisão advinda de adquirida – GR	-	79.507							
Complemento de provisão	2.972	2.864							
Reversão de atualização monetária	(60.748)	(24.549)							
Reversão de provisão	(136.110)	(101.816)							
Em 31 de dezembro	428.247	534.356							
c) Depósitos judiciais: Representam ativos restritos do Grupo e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Os depósitos judiciais mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão assim representados:									

GPS Participações e Empreendimentos S.A.										(i) Refere-se ao valor total pago pela aquisição da empresa. Nas demonstrações dos fluxos de caixa, o valor é apresentado líquido do caixa obtido na aquisição. (ii) Valores referentes a repasses de superveniência foram reclassificados para a rubrica de outras contas a pagar, vide nota explicativa nº 32. (iii) Baixa da parcela retida do preço de aquisição mediante compensação com perdas materializadas indenizáveis. (vi) Do valor total, R\$7.118 refere-se à atualização do pagamento da dívida junto à Graber.									
										32. Outras contas a pagar:									
										Repasses superveniência (i)									
										Provisão de notas a pagar (ii)									
										Outras contas a pagar (iii)									
										Total									
										Circulante									
										Não circulante									
										(i) Refere-se substancialmente a ativos supervenientes (créditos tributários e recebíveis de clientes), a serem repassados aos vendedores à medida que tais ativos forem convertidos em caixa. Vide nota explicativa 31 (a). (ii) Refere-se aos gastos cujas notas fiscais não tiveram seu processo de recebimento de entrada finalizado quando do encerramento do trimestre. (iii) Os valores mais representativos, referem-se à obrigações com empréstimos consignado e provisão para Contas a Pagar.									
										33. Patrimônio líquido: A composição do capital social por números de ações pode ser assim demonstrada:									
										2025									
										2024									
										Quantidade de ações									
										Capital									
										Quantidade de ações									
										Capital									
										674.854.731									
										1.986.809									
										672.170.267									
										1.738.167									
										-									
										200.000									
										674.854.731									
										3.358.483									
										672.170.267									
										1.938.167									
										32.775									
										2.684.464									
										674.854.731									
										1.986.809									
										a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é R\$3.391.258 (R\$1.986.809 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 750.009.979 ações ordinárias (674.854.731 ações ordinárias em 31 de dezembro 2024) todas nominativas sem valor nominal e distribuídas da forma que segue:									
										2025									
										2024									
										Total de ações									
										Participações									
										Total de ações									
										Participações									
										305.766.359									
										40,77%									
										277.934.096									
										41,18%									
										21.985.448									
										2,93%									
										22.737.578									
										3,37%									
										422.258.172									
										56,30%									
										374.183.057									
										55,45%									
										750.009.979									
										100%									
										674.854.731									
										100%									
										O capital social totalmente subscrito e integralizado, apresentado líquido dos gastos com emissões de ações no valor de R\$58.468. Assim, conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido, o capital social apresentado é R\$3.332.790 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.928.341 em 31 de dezembro de 2024). Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias, até o limite de R\$2.750.000. Mediante a aprovação do Plano de Opções de Ações na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2022, o Conselho poderá outorgar opções que representem, no máximo uma quantidade equivalente a 2,5% do patrimônio líquido da Companhia constante da última demonstração financeira auditada, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto da Companhia, de R\$2.750.000. b) Ações ordinárias: Eventos 2024 - Em 18 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital social dentro do limite de capital autorizado, com a emissão de novas ações, em decorrência da aprovação da proposta do Comitê de Pessoas & Organização com relação ao Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia para o ano calendário de 2023 (PROCA-24) e consequente emissão de ações ordinárias no contexto do referido PROCA-24. c) montante total do aumento de capital social da Companhia foi de R\$ 48.642, o qual passou de R\$ 1.738.167 para R\$ 1.786.809 mediante emissão de 2.684.464 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal da Companhia, representando 0,40% do capital social da Companhia anterior a tal emissão, pelo preço de emissão calculado com base na cotação média dos 5 preços correspondentes ao período de 11 a 15 de março de 2024, de R\$ 18,12 por opção, e um desconto de 10% a ser pago como prêmio, para a subscrição pelos parceiros selecionados, passando o capital social da Companhia de 672.170.267 para 674.854.731 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas na subscrição das ações ordinárias de emissão da Companhia. O valor efetivamente pago como prêmio foi de R\$3.275, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.3.1. Em 11 de dezembro de 2025 (R\$1.986.809 em 31 de dezembro de 2024), o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital social dentro do limite de capital autorizado, com a emissão de novas ações, em decorrência da aprovação da proposta do Comitê de Pessoas & Organização com relação ao Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia para o ano calendário de 2024 (PROCA-25) e consequente emissão de ações ordinárias no contexto do referido PROCA-25. d) montante total do aumento de capital social da Companhia foi de R\$32.775, o qual passou de R\$1.986.809 para R\$2.019.584 mediante emissão de 2.425.971 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal da Companhia, representando 0,36% do capital social da Companhia anterior a tal emissão, pelo preço de emissão calculado com base na cotação média de preços de fechamento das ações da Companhia no período compreendido entre 05 de março de 2025 e 11 de março de 2025, de R\$13,51 por opção, e um desconto de 10% a ser pago como prêmio, para a subscrição pelos parceiros selecionados, passando o capital social da Companhia de 674.854.731 para 677.280.702 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas na subscrição das ações ordinárias de emissão da Companhia. O valor efetivamente pago como prêmio foi de R\$3.275, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.3.1. Em 11 de dezembro de 2025 (R\$1.986.809 em 31 de dezembro de 2024), o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital dentro do limite autorizado, mediante capitalização da totalidade do saldo contábil da reserva estatutária de lucros da Companhia, conforme registrado no balanço patrimonial da Companhia em 30 de setembro de 2025, com a emissão de novas ações, a serem atribuídas como bonificação aos titulares de ações da Companhia. O montante total do aumento de capital social da Companhia foi de R\$1.371.674, o qual passou de R\$2.019.584 para R\$3.391.258 mediante emissão de 72.729.277 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal da Companhia, atribuídas a título de bonificação na proporção de 0,10738424524 ação bonificada para cada 1 (uma) ação ordinária que os acionistas possuíam na data de 16 de dezembro de 2025. O valor atribuído às ações bonificadas foi de R\$18.860.0013145 por ação, correspondente ao preço de fechamento do pregão realizado no dia 10 de dezembro de 2025, conforme o disposto no artigo 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme alterada, e no §1º do artigo 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.585, de 31 de agosto de 2015, passando o capital social da Companhia de 677.280.702 para 750.009.979 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. e) Destinação dos lucros e dividendos propostos: Nos termos do Estatuto Social, do lucro líquido auferido no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, até que seu montante atinja 20% do capital social, e 25% do saldo remanescente serão destinados à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, obedecendo à prioridade de pagamento dos dividendos fixos. A proposta de dividendos consignada nas demonstrações da Controladora, é assim demonstrada.									
										2025									
										2024									
										684.022									
										657.826									
										(34.201)									
										(32.891)									
										649.821									
										624.935									
										156.234									
										63.044									
										220.000									
										219.276									
										i. Em 2024 Administração propõe distribuição de dividendos parcial do lucro do exercício e o saldo remanescente, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, será mantido em reserva de lucros. E em 2025, o valor aprovado em ato único foi de R\$220.000 perfazendo um total de 33,87% do resultado do exercício para fins de cálculo dos dividendos a pagar, superando assim o mínimo obrigatório de 25%. ii. Nos termos da ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 11 de dezembro de 2025, os dividendos intermediários serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios eventualmente declarados em assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. Em 11 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos provisionados ao final de 2023, R\$ 152.596 correspondente a 25% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), e R\$ 62.498 correspondente a 10,24% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), como dividendos adicionais totalizando R\$ 215.094 e R\$ 0,3199 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos foram integralmente pagos aos acionistas em 23 de abril de 2024. Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 16.5, houve distribuição e pagamento de dividendos por determinações controladas que possuem participação acionária de terceiros, no valor de R\$ 18.595. Em 11 de dezembro de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, com base no lucro líquido apurado no balanço patrimonial de 30 de junho de 2025, no montante total de R\$ 220.000, correspondentes a R\$ 0,3248 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos serão integralmente pagos aos acionistas em 06 de fevereiro de 2026. d) Reservas de lucros: Conforme previsto em Estatuto, a reserva estatutária de investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. e) Transações de capital: Transações de capital correspondem às transações com os sócios que não transitam pelo resultado da Controladora. Reflete os eventos que afetam as controladas e indiretamente a controladora por meio de transações de capital. A composição da mutação do exercício refere-se aos itens abaixo:									
										2025									
										2024									
										684.022									
										(34.201)									
										649.821									
										-									
										-									
										220.000									
										219.276									
										Resultado do exercício base para destinação									
										Constituição de reserva legal - 5% do lucro líquido									
										Resultado do exercício (base de cálculo dos dividendos)									
										Dividendo obrigatório - 25% do lucro líquido (ii)									
										Dividendos adicionais propostos									
										Dividendos intermediários aprovados (ii)									
										Total dos dividendos (i)									
										i. Em 2024 Administração propõe distribuição de dividendos parcial do lucro do exercício e o saldo remanescente, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, será mantido em reserva de lucros. E em 2025, o valor aprovado em ato único foi de R\$220.000 perfazendo um total de 33,87% do resultado do exercício para fins de cálculo dos dividendos a pagar, superando assim o mínimo obrigatório de 25%. ii. Nos termos da ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 11 de dezembro de 2025, os dividendos intermediários serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios eventualmente declarados em assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. Em 11 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos provisionados ao final de 2023, R\$ 152.596 correspondente a 25% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), e R\$ 62.498 correspondente a 10,24% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), como dividendos adicionais totalizando R\$ 215.094 e R\$ 0,3199 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos foram integralmente pagos aos acionistas em 23 de abril de 2024. Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 16.5, houve distribuição e pagamento de dividendos por determinações controladas que possuem participação acionária de terceiros, no valor de R\$ 18.595. Em 11 de dezembro de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, com base no lucro líquido apurado no balanço patrimonial de 30 de junho de 2025, no montante total de R\$ 220.000, correspondentes a R\$ 0,3248 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos serão integralmente pagos aos acionistas em 06 de fevereiro de 2026. d) Reservas de lucros: Conforme previsto em Estatuto, a reserva estatutária de investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. e) Transações de capital: Transações de capital correspondem às transações com os sócios que não transitam pelo resultado da Controladora. Reflete os eventos que afetam as controladas e indiretamente a controladora por meio de transações de capital. A composição da mutação do exercício refere-se aos itens abaixo:									
										2025									
										2024									
										684.022									
										(34.201)									
										649.821									
										-									
										-									
										220.000									
										219.276									
										Resultado do exercício base para destinação									
										Constituição de reserva legal - 5% do lucro líquido									
										Resultado do exercício (base de cálculo dos dividendos)									
										Dividendo obrigatório - 25% do lucro líquido (ii)									
										Dividendos adicionais propostos									
										Dividendos intermediários aprovados (ii)									
										Total dos dividendos (i)									
										i. Em 2024 Administração propõe distribuição de dividendos parcial do lucro do exercício e o saldo remanescente, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, será mantido em reserva de lucros. E em 2025, o valor aprovado em ato único foi de R\$220.000 perfazendo um total de 33,87% do resultado do exercício para fins de cálculo dos dividendos a pagar, superando assim o mínimo obrigatório de 25%. ii. Nos termos da ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 11 de dezembro de 2025, os dividendos intermediários serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios eventualmente declarados em assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. Em 11 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos provisionados ao final de 2023, R\$ 152.596 correspondente a 25% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), e R\$ 62.498 correspondente a 10,24% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), como dividendos adicionais totalizando R\$ 215.094 e R\$ 0,3199 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos foram integralmente pagos aos acionistas em 23 de abril de 2024. Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 16.5, houve distribuição e pagamento de dividendos por determinações controladas que possuem participação acionária de terceiros, no valor de R\$ 18.595. Em 11 de dezembro de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, com base no lucro líquido apurado no balanço patrimonial de 30 de junho de 2025, no montante total de R\$ 220.000, correspondentes a R\$ 0,3248 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos serão integralmente pagos aos acionistas em 06 de fevereiro de 2026. d) Reservas de lucros: Conforme previsto em Estatuto, a reserva estatutária de investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. e) Transações de capital: Transações de capital correspondem às transações com os sócios que não transitam pelo resultado da Controladora. Reflete os eventos que afetam as controladas e indiretamente a controladora por meio de transações de capital. A composição da mutação do exercício refere-se aos itens abaixo:									
										2025									
										2024									
										684.022									
										(34.201)									
										649.821									
										-									
										-									
										220.000									
										219.276									
										Resultado do exercício base para destinação									
										Constituição de reserva legal - 5% do lucro líquido									
										Resultado do exercício (base de cálculo dos dividendos)									
										Dividendo obrigatório - 25% do lucro líquido (ii)									
										Dividendos adicionais propostos									
										Dividendos intermediários aprovados (ii)									
										Total dos dividendos (i)									
										i. Em 2024 Administração propõe distribuição de dividendos parcial do lucro do exercício e o saldo remanescente, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, será mantido em reserva de lucros. E em 2025, o valor aprovado em ato único foi de R\$220.000 perfazendo um total de 33,87% do resultado do exercício para fins de cálculo dos dividendos a pagar, superando assim o mínimo obrigatório de 25%. ii. Nos termos da ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 11 de dezembro de 2025, os dividendos intermediários serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios eventualmente declarados em assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. Em 11 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos provisionados ao final de 2023, R\$ 152.596 correspondente a 25% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), e R\$ 62.498 correspondente a 10,24% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), como dividendos adicionais totalizando R\$ 215.094 e R\$ 0,3199 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos foram integralmente pagos aos acionistas em 23 de abril de 2024. Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 16.5, houve distribuição e pagamento de dividendos por determinações controladas que possuem participação acionária de terceiros, no valor de R\$ 18.595. Em 11 de dezembro de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, com base no lucro líquido apurado no balanço patrimonial de 30 de junho de 2025, no montante total de R\$ 220.000, correspondentes a R\$ 0,3248 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos serão integralmente pagos aos acionistas em 06 de fevereiro de 2026. d) Reservas de lucros: Conforme previsto em Estatuto, a reserva estatutária de investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. e) Transações de capital: Transações de capital correspondem às transações com os sócios que não transitam pelo resultado da Controladora. Reflete os eventos que afetam as controladas e indiretamente a controladora por meio de transações de capital. A composição da mutação do exercício refere-se aos itens abaixo:									
										2025									
										2024									
										684.022									
										(34.201)									
										649.821									
										-									
										-									
										220.000									
										219.276									
										Resultado do exercício base para destinação									
										Constituição de reserva legal - 5% do lucro líquido									
										Resultado do exercício (base de cálculo dos dividendos)									
										Dividendo obrigatório - 25% do lucro líquido (ii)									
										Dividendos adicionais propostos									
										Dividendos intermediários aprovados (ii)									
										Total dos dividendos (i)									
										i. Em 2024 Administração propõe distribuição de dividendos parcial do lucro do exercício e o saldo remanescente, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, será mantido em reserva de lucros. E em 2025, o valor aprovado em ato único foi de R\$220.000 perfazendo um total de 33,87% do resultado do exercício para fins de cálculo dos dividendos a pagar, superando assim o mínimo obrigatório de 25%. ii. Nos termos da ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 11 de dezembro de 2025, os dividendos intermediários serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios eventualmente declarados em assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. Em 11 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos provisionados ao final de 2023, R\$ 152.596 correspondente a 25% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), e R\$ 62.498 correspondente a 10,24% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), como dividendos adicionais totalizando R\$ 215.094 e R\$ 0,3199 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos foram integralmente pagos aos acionistas em 23 de abril de 2024. Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 16.5, houve distribuição e pagamento de dividendos por determinações controladas que possuem participação acionária de terceiros, no valor de R\$ 18.595. Em 11 de dezembro de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, com base no lucro líquido apurado no balanço patrimonial de 30 de junho de 2025, no montante total de R\$ 220.000, correspondentes a R\$ 0,3248 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos serão integralmente pagos aos acionistas em 06 de fevereiro de 2026. d) Reservas de lucros: Conforme previsto em Estatuto, a reserva estatutária de investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. e) Transações de capital: Transações de capital correspondem às transações com os sócios que não transitam pelo resultado da Controladora. Reflete os eventos que afetam as controladas e indiretamente a controladora por meio de transações de capital. A composição da mutação do exercício refere-se aos itens abaixo:									
										2025									
										2024									
										684.022									
										(34.201)									
										649.821									
										-									
										-									
										220.000									
										219.276									
										Resultado do exercício base para destinação									
										Constituição de reserva legal - 5% do lucro líquido									
										Resultado do exercício (base de cálculo dos dividendos)									
										Dividendo obrigatório - 25% do lucro líquido (ii)									
										Dividendos adicionais propostos									
										Dividendos intermediários aprovados (ii)									
										Total dos dividendos (i)									
										i. Em 2024 Administração propõe distribuição de dividendos parcial do lucro do exercício e o saldo remanescente, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, será mantido em reserva de lucros. E em 2025, o valor aprovado em ato único foi de R\$220.000 perfazendo um total de 33,87% do resultado do exercício para fins de cálculo dos dividendos a pagar, superando assim o mínimo obrigatório de 25%. ii. Nos termos da ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 11 de dezembro de 2025, os dividendos intermediários serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios eventualmente declarados em assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. Em 11 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos provisionados ao final de 2023, R\$ 152.596 correspondente a 25% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), e R\$ 62.498 correspondente a 10,24% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), como dividendos adicionais totalizando R\$ 215.094 e R\$ 0,3199 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos foram integralmente pagos aos acionistas em 23 de abril de 2024. Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 16.5, houve distribuição e pagamento de dividendos por determinações controladas que possuem participação acionária de terceiros, no valor de R\$ 18.595. Em 11 de dezembro de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, com base no lucro líquido apurado no balanço patrimonial de 30 de junho de 2025, no montante total de R\$ 220.000, correspondentes a R\$ 0,3248 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos serão integralmente pagos aos acionistas em 06 de fevereiro de 2026. d) Reservas de lucros: Conforme previsto em Estatuto, a reserva estatutária de investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. e) Transações de capital: Transações de capital correspondem às transações com os sócios que não transitam pelo resultado da Controladora. Reflete os eventos que afetam as controladas e indiretamente a controladora por meio de transações de capital. A composição da mutação do exercício refere-se aos itens abaixo:									
										2025									
										2024									
										684.022									
										(34.201)									
										649.821									
										-									
										-									
										220.000									
										219.276									
										Resultado do exercício base para destinação									
										Constituição de reserva legal - 5% do lucro líquido									
										Resultado do exercício (base de cálculo dos dividendos)									
										Dividendo obrigatório - 25% do lucro líquido (ii)									
										Dividendos adicionais propostos									
										Dividendos intermediários aprovados (ii)									
										Total dos dividendos (i)									
										i. Em 2024 Administração propõe distribuição de dividendos parcial do lucro do exercício e o saldo remanescente, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, será mantido em reserva de lucros. E em 2025, o valor aprovado em ato único foi de R\$220.000 perfazendo um total de 33,87% do resultado do exercício para fins de cálculo dos dividendos a pagar, superando assim o mínimo obrigatório de 25%. ii. Nos termos da ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 11 de dezembro de 2025, os dividendos intermediários serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios eventualmente declarados em assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. Em 11 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos provisionados ao final de 2023, R\$ 152.596 correspondente a 25% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), e R\$ 62.498 correspondente a 10,24% do Lucro Líquido de 2023 (ajustado após a destinação da reserva legal), como dividendos adicionais totalizando R\$ 215.094 e R\$ 0,3199 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos foram integralmente pagos aos acionistas em 23 de abril de 2024. Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 16.5, houve distribuição e pagamento de dividendos por determinações controladas que possuem participação acionária de terceiros, no valor de R\$ 18.595. Em 11 de dezembro de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, com base no lucro líquido apurado no balanço patrimonial de 30 de junho de 2025, no montante total de R\$ 220.000, correspondentes a R\$ 0,3248 por ação ordinária de emissão da Companhia. Os dividendos serão integralmente pagos aos acionistas em 06 de fevereiro de 2026. d) Reservas de lucros: Conforme previsto em Estatuto, a reserva estatutária de investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. e) Transações de capital: Transações de capital correspondem às transações com os sócios que não transitam pelo resultado da Controladora. Reflete os eventos que afetam as controladas e indiretamente a controladora por meio de transações de capital. A composição da mutação do exercício refere-se aos itens abaixo:									
										2025									
										2024									
										684.022									
										(34.201)									
										649.821									
										-									
										-									
										220.000									
										219.276									
										Resultado do exercício base para destinação									
										Constituição de reserva legal - 5% do lucro líquido									
										Resultado do exercício (base de cálculo dos dividendos)									
										Dividendo obrigatório - 25% do lucro líquido (ii)									
										Dividendos adicionais propostos									
</																			

<